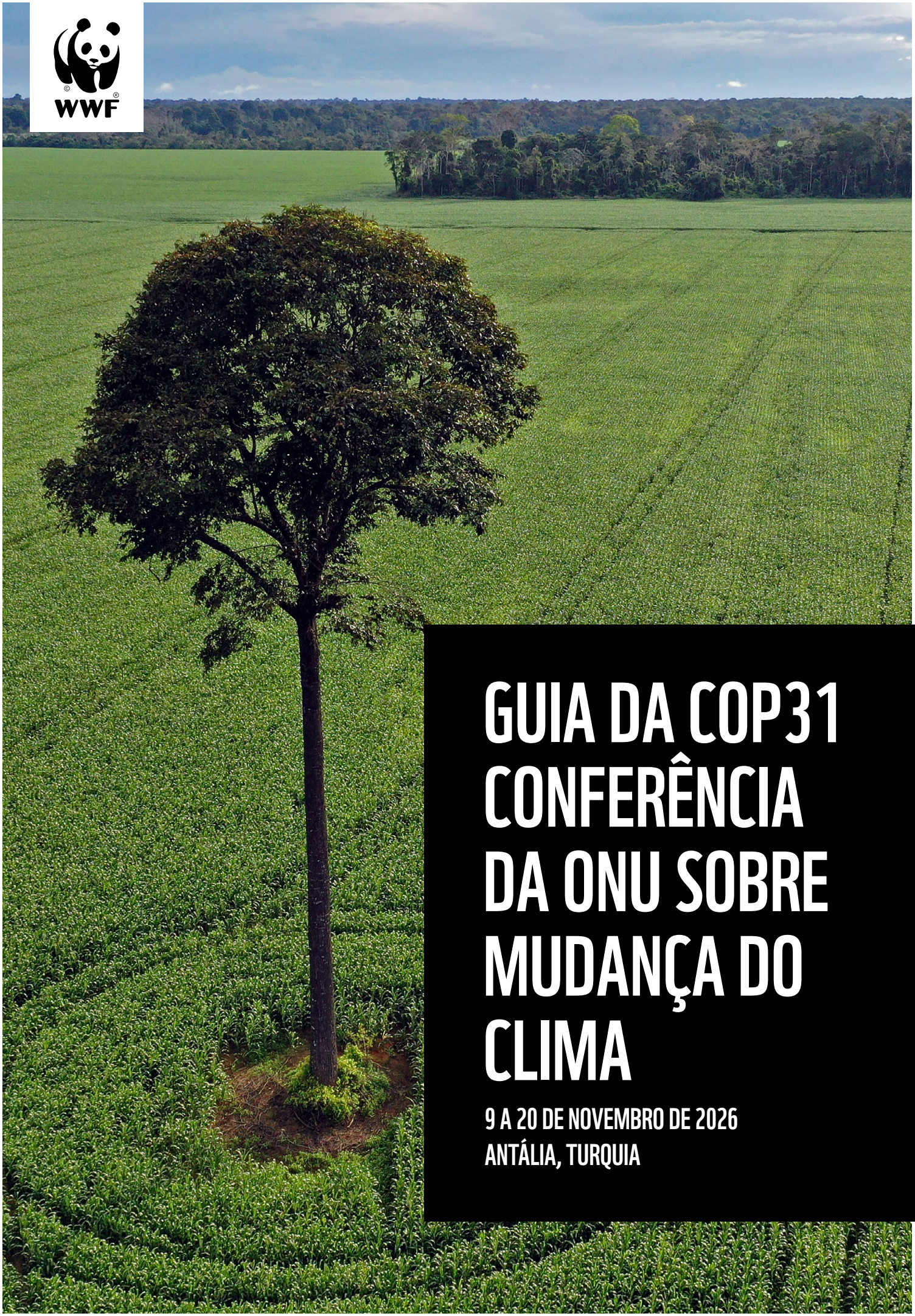


GUIA DA COP31 CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

9 A 20 DE NOVEMBRO DE 2026
ANTÁLIA, TURQUIA


© Jacqueline Lisboa / WWF-Brasil

1. O que é a COP31 da UNFCCC?

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), firmada em 1992, é a base das negociações climáticas internacionais e do Acordo de Paris, de 2015. Anualmente reúne praticamente todos os países do mundo nas Conferências das Partes (COPs), principal fórum multilateral de decisão sobre mudanças climáticas.

A 31ª Conferência das Partes (COP31) será realizada em Antália, na Turquia, de 9 a 20 de novembro de 2026. Pela primeira vez, a presidência será compartilhada entre dois países: a Turquia, representada por Murat Kurum, responsável pela presidência e pela Agenda de Ação, e a Austrália, representada por Chris Bowen, que liderará as negociações. Ambos são ministros de seus países.


© Marcio James / WWF-Brasil

2. Quem participa da COP31?

A COP31 reunirá líderes mundiais e diplomatas dos Estados-membros (ou Partes) da UNFCCC para impulsionar o progresso global no enfrentamento à crise climática, contando com a participação de líderes empresariais, jovens, cientistas do clima, povos indígenas e sociedade civil, que compartilharão perspectivas e práticas para fortalecer uma ação climática global, coletiva e inclusiva.


© Jacqueline Lisboa / WWF-Brasil

3. Qual é a importância da COP31 do Clima?

A cooperação entre as nações é essencial para enfrentar o problema global das mudanças climáticas. A crise climática já não é um alerta distante. Ondas de calor, inundações, secas, incêndios e a elevação do nível do mar estão ocorrendo com maior intensidade e frequência.

Esses eventos climáticos extremos têm dado uma amostra do que seria um mundo com temperaturas médias 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais – que é a meta estabelecida pelo Acordo de Paris como um limite seguro para evitar um colapso climático.

A natureza também está sob pressão: quando florestas, oceanos, rios, áreas úmidas e solos se deterioram, são comprometidos também o abastecimento de alimentos e água, a segurança e os meios de subsistência de que as pessoas dependem.

Nessa COP, o oceano e seus ecossistemas recebem atenção especial, sendo reconhecidos e priorizados pelas presidências por ainda não estarem devidamente incorporados à UNFCCC, apesar de absorverem cerca de um quarto das emissões de CO_2 e mais de 90% do excesso de calor retido pelo aquecimento global, regularem o clima, protegerem a costa e sustentarem a segurança alimentar e os meios de subsistência de milhões de pessoas, especialmente de comunidades costeiras e tradicionais.

As negociações climáticas já alcançaram progressos significativos nas últimas décadas, mas são necessárias ações mais rápidas e abrangentes para proteger as pessoas, a qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico. A ciência é clara: cada fração de aquecimento evitada significa menos vidas afetadas, menos danos à natureza e uma chance maior de manter a meta de 1,5 °C ao alcance.

Em 2026, espera-se que a COP31, além de promover maior ambição climática, acelere a implementação dos compromissos já assumidos, em um contexto de crescente cobrança por resultados concretos, financiamento climático e medidas de adaptação.

4. O que o WWF-Brasil espera da COP31 do Clima?

- A COP31 deve demonstrar que o regime climático global está em fase de implementação, com progressos decisivos que respondam aos resultados do primeiro Balanço Global (GST, na sigla em inglês), alinhados à meta de 1,5 °C e fundamentados em indicadores de adaptação.
- A COP31 deve avançar na ampliação do financiamento de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, nos termos do Artigo 9 do Acordo de Paris — com financiamento público novo, adicional, previsível e adequado às necessidades de mitigação e adaptação dos países em desenvolvimento —, ao mesmo tempo em que se intensificam os esforços de todos os atores para alinhar os fluxos financeiros à meta de 1,5 °C, além de impulsionar a reforma da arquitetura financeira global.
- A COP31 precisa fortalecer a ação, gerar impulso e consolidar alianças — por meio da Agenda de Ação e outras iniciativas — voltadas para a transição para além dos combustíveis fósseis, a descarbonização industrial, a proteção e restauração de ecossistemas costeiros e marinhos, bem como a interrupção e reversão do desmatamento e da degradação florestal.
- A COP31 deve reconhecer, em sua decisão de capa, o papel crítico do oceano na regulação do clima e a necessidade de incorporá-lo ao longo dos itens da agenda da UNFCCC e de acelerar a implementação das ações oceânicas já presentes nas NDCs e nos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), inclusive por meio do Blue NDC Challenge e de sua força-tarefa de implementação, iniciativa coliderada por Brasil e França.


© Tuane Fernandes / WWF-Brasil

5. O que é o Balanço Global (GST)?

O “Balanço Global”, ou Global Stocktake (GST), é um processo estabelecido pelo Acordo de Paris para avaliar, a cada cinco anos, a resposta global às mudanças climáticas. Para isso, reúne informações reportadas à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) pelos diversos países ao longo desse ciclo. O GST apresentou seu primeiro relatório na COP28, em Dubai, em 2023. A COP31 marcará o início do segundo GST, que avaliará o progresso global no período de 2024 a 2028. Para o WWF-Brasil, o processo de revisão deve basear-se na ciência, e o oceano deve ser considerado em todas as fases desse segundo ciclo, dado seu papel na absorção de carbono e na adaptação das populações costeiras.

6. O que é a Agenda de Ação da UNFCCC?

Uma das mais importantes inovações trazidas pela Presidência brasileira da COP30, a nova configuração da Agenda de Ação foi concebida para ser uma ponte entre os resultados esperados das negociações climáticas e a ação concreta. Uma das inovações foi a criação da Plataforma de Aceleração de Soluções. concretas e escaláveis e que envolve governos subnacionais, sociedade civil e setor privado, caracterizando-se como um instrumento complementar ao GST.

Moldada como um “celeiro de soluções”, a Agenda de Ação se consolida como um repositório de iniciativas que conectam a ambição climática a oportunidades em investimentos, inovação, finanças, tecnologia e capacitação. Vinculada ao GST, a agenda garante que as ações dos diversos atores, empresas, governos e sociedade civil possam ser monitoradas e que seus compromissos sejam transparentes, mensuráveis e alinhados às metas globais de enfrentamento às mudanças climáticas.

7. Qual é o legado da COP30 e por que ele será decisivo na COP31?

Será fundamental que a COP31 dê continuidade aos avanços da COP30, realizada em Belém do Pará, em novembro de 2025,

e transforme as negociações em ações concretas. Para isso, os países precisarão demonstrar como pretendem prevenir danos climáticos, acelerar a implementação dos compromissos assumidos, abandonar os combustíveis fósseis e proteger as pessoas e a natureza no ritmo exigido pela crise climática.

Ou seja, o regime climático global está em plena fase de implementação, marcada menos pela negociação de novas estruturas e mais pela urgência de concretizar as ações já acordadas. As iniciativas da Presidência brasileira da COP30 possibilitaram o surgimento de processos abrangentes e inovadores para impulsionar essa agenda, que já não se restringem às negociações formais.

Ainda assim, a UNFCCC permanece como o fórum central para definir diretrizes, coordenar esforços e cobrar responsabilidades dos países, tanto coletiva quanto individualmente. Embora já não concentrem toda a dinâmica da ação climática, as negociações formais continuam sendo indispensáveis para impulsionar novas medidas e avanços.

8. Quais serão os temas prioritários nas negociações formais da COP31?

As principais negociações em Antália devem se concentrar no fortalecimento dos mecanismos de implementação do regime climático global, nas metas de mitigação previstas nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), na adaptação às mudanças climáticas e no financiamento climático.

Fortalecimento da arquitetura de implementação

- **Diálogo dos EAU sobre a Implementação dos Resultados do Balanço Global (GST)**

Depois de um longo processo, os países estabeleceram um plano para realizar o Diálogo dos Emirados Árabes Unidos (EAU), que visa discutir a operacionalização e a implementação dos resultados do Balanço Global (GST). Ali devem ser debatidos o alinhamento de políticas, legislações e ferramentas de implementação com a escala necessária de redução de emissões e adaptação.

- **Programa de Trabalho de Mitigação (MWP)**

O Programa de Trabalho de Mitigação (MWP, na sigla em inglês) visa impulsionar a redução de emissões de gases de efeito estufa e aumentar a ambição climática. Na COP31, a prioridade é que o MWP seja fortalecido, em conexão com as NDCs e a implementação dos resultados do GST, com vistas a alcançar resultados concretos e avançar nas condições habilitadoras para sua implementação.

Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)

- **Características das NDCs**

Na COP31, espera-se avançar na consolidação e na implementação das novas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs 3.0), com metas para 2035, aprimorando suas características e definindo como colocá-las em prática. Até o momento, 141 dos 197 países-membros apresentaram suas NDCs. O oceano já está presente nesses planos: a maioria das novas NDCs de países costeiros e insulares inclui ações oceânicas, como a conservação de ecossistemas marinhos e costeiros. O desafio agora é transformar esses compromissos em ações concretas. A retomada das discussões sobre essas contribuições na Turquia deverá considerar a experiência acumulada até agora e os resultados do primeiro Balanço Global, com o objetivo de aperfeiçoar as orientações e as boas práticas recomendadas.

- **O Mecanismo de Transição Justa acordado em Belém**

A COP31 deverá definir a estrutura, o escopo e as principais funções do Mecanismo de Transição Justa, com base nos resultados do Balanço Global (GST). Entre os temas centrais estão a transição para o abandono dos combustíveis fósseis, a transformação dos setores industrial e de transportes, o fim do desmatamento e a restauração de ecossistemas e áreas naturais, além dos setores costeiro e marítimo, como a pesca, a energia eólica offshore e o transporte marítimo, bem como às comunidades que dependem dessas atividades.

Adaptação: Implementação dos indicadores e ampliação do apoio

- **Resultados da Visão de Belém-Adis-Abeba sobre Adaptação**

Espera-se que a COP31 estabeleça um plano de trabalho com resultados claros e implementáveis para o processo de Belém–Adis Abeba, que deverá aprimorar as metodologias e os metadados de adaptação até 2027, ano em que a COP32 será realizada em Adis Abeba, na Etiópia.

- **Roteiro de Adaptação de Baku (BAR)**

O BAR é uma iniciativa global criada pela UNFCCC para acelerar e estruturar as ações de resiliência e adaptação climática. Espera-se que a presidência da COP31 avance com o BAR, encontrando pontos em comum que reforcem seu objetivo de promover progressos em direção à Meta Global de Adaptação, garantindo que os países em desenvolvimento tenham acesso aos meios de implementação.

Financiamento da Implementação

- **Diálogo de Veredas sobre o Artigo 2.1c do Acordo de Paris**

A COP31 deve fazer avançar o Diálogo Veredas sobre o Artigo 2.1c, que visa alinhar os fluxos financeiros ao Acordo de Paris. Na conferência, espera-se que os governos estabeleçam estruturas regulatórias e fiscais favoráveis à implementação e ao financiamento da ação climática – incluindo a eliminação de subsídios aos combustíveis fósseis – e que empresas e agentes financeiros implementem transições alinhadas a trajetórias de baixas emissões e de resiliência climática. O Fórum de 2026 do Comitê Permanente de Finanças (SCF), dedicado ao financiamento da ação climática em sistemas hídricos e no oceano, deve subsidiar a ampliação de um financiamento mais acessível e rastreável para o oceano e para a resiliência das comunidades costeiras.

- **Programa de Trabalho de Dois Anos sobre o Artigo 9 do Acordo de Paris**

O Artigo 9 trata da arquitetura do financiamento climático, cuja implementação deverá avançar de forma coerente na COP31. Entre as prioridades estão esclarecer os papéis do provimento e da mobilização de recursos e definir a parcela da nova meta coletiva quantificada de financiamento climático, de US$ 300 bilhões, que será destinada ao financiamento público direto. Também será essencial garantir que recursos públicos para o clima cheguem diretamente a Povos Indígenas e comunidades locais.

- **Ampliação do Financiamento para Adaptação**

A COP31 deverá definir uma trajetória confiável para triplicar o financiamento para adaptação até 2035, partindo do compromisso anterior de dobrá-lo até 2025. As Partes também deverão acordar metas intermediárias para 2030, de modo a enfrentar a lacuna de financiamento estimada entre US$ 194 bilhões e US$ 366 bilhões por ano.

- **Perdas e Danos**

Com o lançamento das Modalidades de Implementação de Barbados no âmbito do Fundo de Resposta a Perdas e Danos, os países desenvolvidos devem fornecer recursos previsíveis na escala necessária para enfrentar as perdas e danos que ocorrem nos países em desenvolvimento.

9. Quais serão as iniciativas em destaque na COP31 para além das negociações formais?

A COP30 consolidou um novo cenário de ação climática em múltiplos níveis, no qual as negociações formais são complementadas por uma ampla rede de atores, iniciativas e formas de cooperação. Nesse contexto, a COP31 deverá impulsionar essas ações para além das salas de negociação. Embora a maioria desses processos ocorra fora das agendas formais das Conferências do Clima, a COP será fundamental para mobilizar os diferentes atores e conferir o impulso político necessário para avançar.

Entre as principais iniciativas estão a Agenda de Ação, os roteiros anunciados pela presidência da COP30 para a transição rumo ao fim dos combustíveis fósseis e à eliminação do desmatamento, e o Acelerador Global de Implementação:

A Agenda Global de Ação Climática

Sob a presidência brasileira da COP30, a Agenda Global de Ação Climática foi reformulada e recebeu uma estrutura nova e dinâmica, composta por seis temas, 30 objetivos principais e os respectivos Grupos de Ativação. Essa abordagem refletiu-se no plano quinquenal apresentado na COP30.

Na COP31, a Agenda de Ação deve continuar focada na implementação dos resultados do Balanço Global (GST), incluindo a transição para o fim dos combustíveis fósseis e o alcance das metas relacionadas à energia, bem como das metas voltadas ao fim do desmatamento e à proteção dos ecossistemas terrestres, marinhos e costeiros, incluindo as metas oceânicas do Pacote Azul (Blue Package / Ocean Breakthroughs).

Os roteiros anunciados pela presidência da COP30

O WWF-Brasil apoia fortemente os roteiros para a Transição para o Abandono dos Combustíveis Fósseis (TAFF) e para Interromper e Reverter o Desmatamento e a Degradação Florestal até 2030. Na COP31, ambos deverão avançar por meio de processos transparentes, inclusivos e participativos, com seus resultados refletidos nos textos de decisão pertinentes.

- **Mapa do Caminho para a Transição para o Abandono de Combustíveis Fósseis (TAFF)**

Espera-se que o TAFF seja consolidado com base nos princípios de justiça, ordem e equidade, de modo a enviar um sinal claro sobre a necessidade de abandonar os combustíveis fósseis, apoiar trajetórias de transição lideradas pelos próprios países e estabelecer uma estrutura confiável de implementação e prestação de contas. O roteiro também deve contemplar o fim da expansão da exploração de petróleo e gás offshore, tema ainda pouco presente nesse debate.

- **Mapa do Caminho para Interromper e Reverter o Desmatamento e a Degradação Florestal até 2030**

Espera-se que o roteiro para Interromper e Reverter o Desmatamento e a Degradação Florestal até 2030 tenha foco em cadeias de suprimentos livres de desmatamento e conversão (DCF), identificando soluções e alavancas para alcançar esse objetivo, em linha com os direitos dos Povos Indígenas e das comunidades locais.

- **Mapa do Caminho de Baku a Belém rumo a 1,3 trilhão**

O Roteiro de Baku a Belém para US$ 1,3 trilhão é um plano de financiamento climático lançado em 2025 pelas presidências da COP29, no Azerbaijão, e da COP30, no Brasil, com o objetivo de mobilizar US$ 1,3 trilhão por ano até 2035, conforme acordado pelas Partes. Ao longo de 2026, os esforços se concentraram em consolidar o roteiro para que a COP31 marque sua primeira atualização de implementação, baseada em avanços mensuráveis.

Acelerador Global de Implementação

O Acelerador Global de Implementação é uma iniciativa de cooperação entre as presidências da COP30 e da COP31 para apoiar os países na implementação de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e de seus Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), em articulação com a Agenda de Ação.

O WWF-Brasil apoia a visão da presidência da COP30 para essa iniciativa, que busca identificar potenciais pontos de inflexão positivos e estimular efeitos em cascata na economia global. A iniciativa surge em um momento oportuno, diante do avanço expressivo das energias renováveis e da eletrificação. Espera-se que os exemplos e as lições do setor energético inspirem e impulsionem ações em outros setores estratégicos.

Missão Belém para 1,5 °C

Coordenada conjuntamente pelas presidências da COP30 e da COP31, a Missão Belém para 1,5 °C é uma iniciativa estratégica de alto nível que busca elevar a ambição das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e fortalecer a cooperação internacional de longo prazo para sua implementação.

O cronograma da UNFCCC prevê a divulgação de um relatório às vésperas da COP31, com um balanço dos avanços, dos gargalos e das soluções identificadas, além das necessidades de investimento e das intervenções de maior impacto para viabilizar a implementação. Espera-se o relatório reconheça a necessidade de acelerar a implementação de soluções baseadas no oceano, pois proteger os sumidouros oceânicos de carbono é parte essencial do esforço para limitar a ultrapassagem temporária (overshoot) de 1,5 °C e manter essa meta ao alcance.

Espera-se que a COP31 marque uma virada nessa iniciativa, com a transição do diagnóstico dos desafios para a definição de projetos concretos, compromissos financeiros e prazos de execução.



10. Outros temas fundamentais na COP31

Além de avançar nos principais elementos do regime climático, a COP31 deverá dar continuidade à prática de promover iniciativas em áreas de convergência entre as presidências, as Partes e outros atores.

Em Antália, espera-se que essas iniciativas abranjam:

Proteção dos Oceanos

Para o WWF-Brasil, a COP31 deve transformar o reconhecimento do oceano em implementação, sem criar novos itens de agenda, por meio de uma decisão de capa que:

- Reconheça o papel do oceano na regulação do clima e a necessidade de proteger os sumidouros oceânicos para manter 1,5 °C ao alcance.
- Acelere a implementação das ações oceânicas já presentes nas NDCs e nos NAPs, inclusive por meio do Blue NDC Challenge, e inclua o oceano no segundo Balanço Global.
- Amplie e torne rastreável o financiamento para o oceano e para as comunidades costeiras.
- Iintegre o oceano aos demais processos da UNFCCC.
- Fortaleça o Diálogo sobre Oceano e Mudança do Clima com um plano de trabalho plurianual conectado às negociações.
- Garanta que a transição para longe dos combustíveis fósseis contemple o fim da expansão da exploração de petróleo e gás offshore.


© Jacqueline Lisboa / WWF-Brasil

Sinergia entre as Convenções do Rio

É fundamental que as Partes adotem, na COP31, uma decisão que fortaleça as sinergias entre as três convenções da ONU: Mudança do Clima (UNFCCC), Diversidade Biológica (CDB) e Combate à Desertificação (UNCCD). O WWF-Brasil apoia a construção de um pacto para harmonizar os instrumentos dessas convenções e ampliar a integração entre as agendas de clima e natureza, com vistas à integridade ambiental e climática e à proteção de direitos.

Engajamento e participação de povos indígenas, quilombolas, pessoas afrodescendentes, comunidades tradicionais e rurais, mulheres e juventudes

- Espera-se que a COP31 estabeleça mecanismos para garantir a participação efetiva e representativa desses grupos nos espaços de negociação e decisão, assegurando seu protagonismo, o acesso a recursos financeiros e as condições necessárias para uma participação plena e inclusiva, com respeito aos seus direitos coletivos e individuais reconhecidos internacionalmente.
- Ampliar a representação desses grupos nos processos decisórios, reconhecendo e protegendo seus direitos territoriais e sua contribuição para a mitigação dos efeitos da mudança do clima, bem como valorizando seus saberes e conhecimentos tradicionais e assegurando sua efetiva incorporação à formulação e à implementação de soluções para o enfrentamento da crise climática.
- Garantir mecanismos de financiamento direto, acessível e adequado para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e locais, fortalecendo sua autonomia e capacidade de desenvolver e implementar ações de enfrentamento à mudança do clima.

11. O governo brasileiro realizará eventos na COP31?

Sim, a programação oficial do Pavilhão do Brasil na COP31 – principal espaço de promoção do país na Zona Azul – reunirá representantes de governos, povos indígenas e comunidades tradicionais, setor privado, academia, organizações da sociedade civil e organismos internacionais para apresentar experiências, políticas públicas e soluções voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas. Foram selecionadas 114 propostas para integrar a programação brasileira.

Zona Azul

A Zona Azul é a área oficial da conferência, administrada pela UNFCCC e acessível apenas a participantes credenciados. Nela, acontecem as negociações oficiais, a Cúpula Mundial de Ação Climática, as atividades nos pavilhões dos países, os eventos da presidência, painéis, mesas-redondas e uma ampla programação paralela, que inclui atividades culturais. Mais informações neste site.

Zona Verde

A Zona Verde é um espaço inclusivo que reúne diferentes atores engajados na ação climática. Com foco na colaboração, na inovação e na participação pública, permite que organizações e comunidades apresentem projetos, promovam debates e interajam com públicos de todo o mundo. Mais informações neste site.

12. Porta-vozes do WWF-Brasil presentes na COP31

Alexandre Prado é líder de mudanças climáticas no WWF-Brasil. Com mais de 20 anos de experiência em políticas ambientais e climáticas, ocupou cargos de liderança na Conservation International, na Fundação Getulio Vargas, no Instituto Arapyaú, no World Resources Institute e no WWF-Brasil. Atuou em diversas regiões do país, em colaboração com equipes multidisciplinares e internacionais, acumulando sólida experiência na gestão de projetos e de pessoas. Sua trajetória abrange desde a gestão de uma reserva natural no Pantanal até a contribuição para debates sobre o sistema brasileiro de comércio de emissões de gases de efeito estufa (SBCE) e a participação em negociações climáticas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

Temas: mitigação e negociação.

Tatiana Oliveira é líder da estratégia internacional do WWF-Brasil. Doutora em Ciência Política, com pós-doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Sustentável. Especialista em políticas internacionais e financiamento climático, atua na interface entre diplomacia, políticas públicas e mobilização de recursos. Com ampla experiência em negociações no âmbito da UNFCCC, do BRICS e do G20, promove a colaboração entre governos, sociedade civil e fundos globais para transformar compromissos em ações em prol do clima, da natureza e das pessoas.

Temas: financiamento e negociação.

Flávia Martinelli é especialista em mudanças climáticas no WWF-Brasil. Bióloga, atua na articulação entre políticas climáticas nacionais e internacionais, contribuindo para o avanço das agendas de adaptação e o fortalecimento do engajamento nos processos de negociação climática da ONU. Seu trabalho busca conectar organizações e comunidades locais a oportunidades de incidência política, ampliando a visibilidade das perspectivas locais e contribuindo para a construção de processos de tomada de decisão sobre adaptação mais inclusivos e eficazes.

Temas: adaptação e negociação.

Marina Corrêa é especialista em oceanos no WWF-Brasil. Bióloga e mestre em Ciência Ambiental, tem experiência em governança em rede, gestão baseada em ecossistemas costeiros e marinhos e iniciativas de sustentabilidade e conservação dos oceanos. Atua na interface entre ciência e gestão, na construção participativa de políticas públicas, na articulação de atores, na gestão de projetos e em incidência política. Atualmente, dedica-se a explorar como a governança multinível e os compromissos globais de conservação da biodiversidade marinha podem fortalecer a conservação dos oceanos no Brasil.

Tema: Oceanos

Ana Carolina Crisostomo é especialista em conservação e políticas públicas no WWF-Brasil. É bacharel em Ecologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Estudos Latino-Americanos, com concentração em Conservação Tropical e Desenvolvimento, pela Universidade da Flórida, nos Estados Unidos. Desde 2020, trabalha no WWF-Brasil com incidência política em defesa da eliminação da conversão da vegetação nativa e pelos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Temas: políticas ambientais e climáticas do Brasil, conversão zero da vegetação nativa e Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

Sobre o WWF-Brasil

O WWF-Brasil é uma ONG brasileira que, desde 1996, atua coletivamente com parceiros da sociedade civil, da academia, de governos e de empresas em todo o país para combater a degradação socioambiental e defender a vida das pessoas e da natureza. Estamos conectados em uma rede interdependente que busca soluções urgentes para a emergência climática.

Mais informações

AViV Comunicação – assessoria de imprensa do WWF-Brasil

Rita Silva: 11 98864-7264
rita.silva@avivcomunicacao.com.br

Sandra Miyashiro: 11 98863-8260
sandra.miyashiro@avivcomunicacao.com.br

Ponto focal da Comunicação do WWF-Brasil na Turquia

Solange Azevedo – 11 94330-9646
solangeazevedo@wwf.org.br

Fotos disponíveis para uso, desde que citados os créditos:

WWF-Hive

FICHA TÉCNICA

Realização
WWF-Brasil

Coordenação e edição
Solange Azevedo

Equipe técnica
Alexandre Prado
Ana Carolina Crisostomo
Flávia Martinelli
Jean-François Timmers
Lia Reis
Marina Corrêa
Ricardo Fujii
Solange Azevedo
Tatiana Oliveira
AViV Comunicação

Texto
Fábio de Castro

Diagramação
Regiane Stella Guzzon
Mariah Bida

Fotos de capa
Adriano Gambarini

Trabalhamos em defesa da natureza pelas pessoas e pela vida selvagem

#JuntosÉpossível

wwf.org.br

© 2026

WWF-Brasil: CLS. 114 Bloco D 35 CEP: 70377-540 Asa Sul, Brasília/DF

® "WWF" é Marca Registrada WWF. © 1986 – Símbolo Panda WWF – Fundo Mundial para a Natureza (também conhecido como Fundo Mundial para a Vida Selvagem)

Para informações de contato e maiores informações, favor acessar nossa página em wwf.org.br